



**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**Departamento de Educação em Ciências Naturais e Matemática**

**Licenciatura em Educação Ambiental**

Monografia

**Avaliação da participação comunitária na implementação das florestas comunitárias:  
Caso da localidade de Maluana Sede**

João Paulino

**Maputo, Março de 2019**

**Avaliação da participação comunitária na implementação das florestas comunitárias:  
Caso da localidade de Maluana Sede**

Monografia apresentada ao Departamento de Educação em Ciências Naturais e Matemática como requisito final para a obtenção do grau de Licenciatura em Educação Ambiental.

João Paulino

**Supervisor:** Eng.º Ercílio de Clarêncio Langa

**Maputo, Março de 2019.**

## **Declaração de originalidade**

Esta monografia foi julgada suficiente como um dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura em Educação Ambiental e aprovada na sua forma final pelo Curso de Licenciatura em Educação Ambiental, Departamento de Educação em Ciências Naturais e Matemática, da Faculdade de Educação da Universidade Eduardo Mondlane.

dr Armino Ernesto

---

(Director do Curso de Educação Ambiental)

O júri de Avaliação

O Presidente do júri

O Examinador

O Supervisor

---

## **Agradecimentos**

Em primeiro lugar agradeço a todos os que directa ou indirectamente me apoiaram na concretização deste sonho, particularmente todos os docentes do Curso de Licenciatura em Educação Ambiental e todos os funcionários do Departamento de Educação em Ciências Naturais e Matemática.

À minha esposa Carolina Alfredo Munguambe, aos meus filhos e a toda a minha família, pelo amor, carinho e confiança que sempre me proporcionaram.

Agradeço de forma especial ao meu supervisor Eng<sup>o</sup> Ercílio de Clarêncio Langa, pela sabedoria, dedicação, paciência, atenção e disponibilidade na orientação deste trabalho.

Aos meus colegas da turma de 2012, especialmente ao Henriques, Aida, Trafina, Elton e Sheila, pela amizade, dedicação e espírito de ajuda mútua demonstrados ao longo da nossa formação.

A toda a comunidade de Maluana Sede, especialmente à Chefe da localidade e seus colaboradores directos, pela autorização da realização deste trabalho neste local e por todo apoio prestado durante a recolha de dados no campo.

A todos, muito obrigado.

## **Dedicatória**

Dedico esta monografia à minha família, especialmente aos meus filhos e à minha esposa Carolina Alfredo Munguambe, pelo amor, carinho, incentivo e confiança que sempre me proporcionaram. Sem o apoio incondicional destes, a minha formação não teria terminado com sucesso.

## **Declaração de Honra**

Declaro, por minha honra, que esta monografia nunca foi apresentada para a obtenção de qualquer grau acadêmico e que a mesma constitui o resultado do meu labor individual, estando indicadas ao longo do trabalho e nas referências bibliográficas todas as fontes utilizadas.

---

João Paulino

## **Índice**

Declaração de originalidade.....	i
Agradecimentos .....	ii
Dedicatória.....	iii
Declaração de Honra.....	iv
Índice.....	v
Lista de Figuras.....	vii
Siglas e Acrónimos .....	viii
Resumo .....	ix
<b>CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
1.1 Contexto.....	1
1.2 Problema .....	2
1.3 Objectivos .....	3
Geral:.....	3
1.4 Perguntas de pesquisa .....	3
1.5. Justificativa .....	4
<b>CAPÍTULO II: REVISÃO DA LITERATURA.....</b>	<b>6</b>
2.1 Conceitos básicos.....	6
2.1.1 Participação.....	6
2.1.2 Floresta.....	7
2.1.3 Florestas comunitárias.....	8
2.1.4 Líder comunitário.....	8
2.2 Actividades de implantação de florestas comunitárias .....	9
2.3 Principais intervenientes no processo de implantação de florestas comunitárias .....	10
2.3.1 O estado através dos Serviços Distritais de Actividades Económicas (SDAE).....	10
2.3.2 Líder comunitário.....	11
2.3.3 A comunidade .....	11
2.3.4 O sector privado e organizações não governamentais (ONG's) .....	11
2.4. Impactos da participação comunitária na implantação de florestas comunitárias.....	12
<b>CAPÍTULO III: METODOLOGIA .....</b>	<b>14</b>
3.1 Localização da área de estudo.....	14
3.2 Abordagem metodológica.....	15
3.3 População e amostra .....	16
3.4 Técnicas de recolha de dados.....	17

3.5 Análise de dados .....	17
3.6 Aspectos éticos.....	17
<b>CAPÍTULO IV: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE DADOS.....</b>	<b>19</b>
4.1 Actividades desenvolvidas na implantação de florestas comunitárias em Maluana Sede .....	19
4.2 Intervenientes na implantação de florestas comunitárias de Maluana .....	23
4.3 Impactos da participação comunitária na implantação de florestas comunitarias em Maluana Sede.....	27
4.4 Plano de educação ambiental para a implantação de florestas comunitária em Maluana.....	31
<b>CAPÍTULO V: CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....</b>	<b>34</b>
5.1 Conclusões .....	34
5.2 Recomendações.....	35
<b>VI. Referências bibliográficas.....</b>	<b>37</b>
<b>VII. APÊNDICE: Questionário .....</b>	<b>40</b>
<b>VIII. ANEXO: Credencial de autorização para a recolha de dados em Maluana .....</b>	<b>42</b>

## **Lista de Figuras**

<b>Figura 1:</b> Localização da área de estudo.....	15
<b>Figura 2:</b> Ideia de criação de florestas comunitárias .....	20
<b>Figura 3:</b> Apoio prestado pelo SDAE na criação de florestas comunitárias em Maluana.....	24
<b>Figura 4:</b> Importância da participação comunitaria na criação de florestas comunitárias em Maluana .....	29
<b>Figura 5:</b> Opinião dos respondentes acerca do programa da criação de florestas comunitárias em Maluana .....	30

## **Siglas e Acrónimos**

AMETRAMO – Associação dos Médicos Tradicionais de Moçambique

DNFFB – Direcção Nacional de Florestas e Fauna Bravia

FAO – *Food and Agriculture Organization*

FC's – Florestas comunitárias

LC – Líder Comunitário

LFFB – Lei de Florestas e Fauna Bravia

MAE – Ministério de Administração Estatal

MCRN – Maneio Comunitário dos Recursos Naturais

MICOA – Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental

NEPAD – *New Partnership for Africa's Development*

ONG's – Organizações Não Governamentais

PC – Participação Comunitária

SDAE – Serviços Distritais de Actividades Económicas

SFB - Serviço Florestal Brasileiro

SIDA – Síndrome de Imunodeficiência Adquirida

UNFCCC - *United Nations Framework Convention on Climate Change*

## Resumo

Florestas comunitárias são florestas criadas pela comunidade através do plantio de árvores de espécies florestais diversas ou escolhidas de acordo com os objetivos da comunidade e devem localizar-se no espaço geográfico da comunidade. Elas são geridas pela comunidade, e enquadram-se na iniciativa presidencial ‘‘um líder, uma floresta nova’’ cuja divulgação a nível nacional aconteceu aquando do lançamento do Programa de Educação, Comunicação e Divulgação Ambiental feita por Sua Excelência Armando Emílio Guebuza, então presidente da república em Abril de 2009 e visa à preservação do ambiente em resposta aos esforços nacionais e internacionais de adaptação às mudanças climáticas e de combate à pobreza. A presente monografia teve como objectivo avaliar a participação da comunidade na implantação de florestas comunitárias em Maluana. A implantação deste tipo de florestas é uma nova experiência para Moçambique e, volvidos 10 anos da sua implementação, torna-se imprescindível perceber como foi o envolvimento da comunidade de Maluana e dos outros intervenientes neste processo para que sejam desenhadas ou melhoradas as estratégias de participação de todos nos futuros programas de género. Nesta pesquisa responderam ao questionário trinta e três representantes de agregados familiares de toda a localidade de Maluana, tendo sido usada a abordagem exploratória que consistiu em familiarizar-se com o programa de implantação de florestas comunitárias em Maluana que é uma nova experiência para a comunidade local, sendo assim um tema novo que merece ser explorado profundamente para torná-lo mais conhecido e mais explícito para todos os intervenientes deste processo (comunidades locais, o estado, o sector privado local e ONG’s). Para o presente estudo, usou-se a amostragem em bola de neve (snowball) que consistiu em pedir aos líderes comunitários (como informantes chaves) para indicar os agregados familiares que estavam dispostos a participar neste estudo. As famílias seleccionadas pertencem ao grupo das que já residiam em Maluana em 2009, altura do lançamento oficial do programa de criação de florestas comunitárias em Moçambique, conforme foi referido anteriormente. Os resultados apresentados e discutidos neste trabalho mostram claramente que a implementação do programa de implantação de florestas comunitárias em Maluana, não foi devidamente divulgado e debatido no seio da população local, o que fez com que a mesma não se interessasse em participar activa e voluntariamente neste projecto, por se sentir ter sido excluída no momento da tomada de decisão sobre o seu envolvimento neste processo. Desta forma, a participação da comunidade neste programa situou-se no nível de manipulação, pois, uma parte desta comunidade foi convidada pelos seus líderes a participar neste projecto, sem ter sido informada sobre os objetivos do programa e dos benefícios que ela teria pela sua participação na criação deste tipo de florestas. O plantio das árvores realizou-se no tempo seco e não foi feito o trabalho de conservação florestal que consiste na rega, vigia e poda das plantas, o que dificultou a adaptação dos novos indivíduos (plantas) à nova realidade. Para futuras iniciativas deste tipo, é importante que as comunidades locais e seus representantes sejam envolvidos em todas as fases do projecto, desde a sua divulgação, preparação, implmentação, avaliação e monitoria, para que sejam alcançados os objetivos do mesmo.

Palavras chaves: *Comunidade, florestas comunitárias, líder comunitário e participação.*

## CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO

### 1.1 Contexto

No âmbito da iniciativa presidencial “um líder, uma floresta nova”, até 2014 foram registadas 34614 florestas comunitárias criadas e 210 viveiros em 320 localidades do país (MICOA, 2014).

As florestas comunitárias são criadas pela comunidade através do plantio de árvores de espécies florestais diversas ou escolhidas de acordo com os objectivos da comunidade. Estas florestas devem localizar-se no espaço geográfico da comunidade e, são conservadas e geridas por ela para o benefício próprio e do ambiente, segundo um plano de manejo (MICOA, 2010).

A implantação deste tipo de florestas em Moçambique é vista como uma contribuição para os esforços globais de mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, bem como no uso e valorização dos recursos florestais, respondendo assim ao primado do desenvolvimento sustentável.

Mateus (2006) destaca a importância das florestas como sendo imensurável, pois elas são ecossistemas indispensáveis para a existência da vida na terra: Sequestram o dióxido de carbono, libertam o oxigénio de que precisam os seres vivos para a sua respiração, regulam as temperaturas do ambiente, facilitam a infiltração de água no solo reabastecendo os lençóis subterrâneos, suportam o solo e protegem-o da erosão, dão beleza à paisagem tornando-a mais atractiva, dão abrigo e alimento aos animais e às pessoas, são fontes de matérias-primas para vários fins.

A nível da África, por exemplo, a iniciativa ambiental da NEPAD (Nova Parceria Para o Desenvolvimento de África), aprovada em Maputo, em 2003, constatou com preocupação que apesar da grande disponibilidade de recursos naturais e do capital humano de que o continente dispõe, África continua a ser o continente em que a dependência da população em relação ao ambiente e aos recursos naturais é muito grande, e que a pobreza das populações leva à práticas nocivas na gestão e uso dos mesmos recursos, o que gera um ciclo vicioso em que a pobreza prejudica o ambiente e a degradação ambiental leva ao agravamento da pobreza (Chiandela, s/d).

Neste contexto, segundo DNFFB (1999), várias iniciativas de reposição de recursos florestais têm sido implementadas no país por diversas instituições ligadas á gestão destes recursos, com objectivos de tornar Moçambique resiliente aos impactos das mudanças climáticas, reduzir ao máximo os riscos climáticos para pessoas e bens, restaurar e assegurar a protecção e uso racional do capital natural e edificado.

Dai que o envolvimento das comunidades e dos seus líderes, em particular, é importante para a recuperação das áreas desflorestadas e degradadas em consequência das queimadas, exploração de madeira, abate indiscriminado de árvores, consumo de combustível lenhoso, ao mesmo tempo em que se promove a consciência ambiental (MICOA, 2010).

## **1.2 Problema**

Segundo Chiandela (2013), entre 2010 a 2012, foram criadas 27.330 florestas comunitárias, distribuídas por todas as províncias do país, equivalentes a 68,1% de Líderes Comunitários existentes no país, cobrindo mais de 64.000 hectares, representando uma média de 2,34 hectares por líder e por comunidade. Esta média está aquém de responder ás expectativas do programa de criação de florestas comunitárias em Moçambique, pois MICOA (2010) recomenda que a área mínima para a implantação duma floresta comunitária deve ser de 50 hectares para que possam ser plantadas árvores em todos os anos. Esta área, segundo o mesmo autor, deve-se situar dentro do espaço geográfico da comunidade.

Entretanto, Zolho (2010), estimou que a taxa anual de desmatamento em Moçambique, é aproximadamente 220.000 ha (duzentos e vinte mil hectares) de florestas que se perdem anualmente devido à pressão através da agricultura itinerante, produção de carvão, recolha de lenha e as queimadas descontroladas, sem deixar de lado a exploração florestal desorganizada e ilegal.

Os dados acima descritos mostram que a implantação de florestas comunitárias no país ainda está longe de contribuir na redução da taxa anual de desmatamento em Moçambique com vista à mitigação dos efeitos das mudanças climáticas no país e no mundo, bem como na redução da pobreza no meio rural. Esta situação, levanta certa inquietação na dinâmica de implementação deste projecto, e no alcance dos objectivos nele definidos.

Para a província de Maputo, de acordo com DNFFB (1999), o desmatamento foi de 19,8% no período entre 1972 a 1990, devido à exploração resultante da concentração da população ao redor da capital do país. Segundo o mesmo autor, este desmatamento consistiu em práticas

agrícolas inapropriadas, procura de lenha e materiais para a construção e da repetitiva e elevada frequência de queimadas florestais.

Na localidade de Maluana, segundo a respectiva chefe, foram implantadas três florestas comunitárias, e mais tarde, uma delas foi vandalizada/destruída pela comunidade.

A destruição da referida floresta pode ter acontecido devido à falta do cumprimento duma das etapas da criação de florestas comunitárias que, segundo MICOA (2010), consiste na mobilização da comunidade para participar no plantio, explicação sobre a importância das árvores e os benefícios que ela irá usufruir no futuro. Esta atitude, mostra que para o sucesso de um programa comunitário, é imprescindível o envolvimento activo da comunidade.

Deste modo, surge a necessidade de se compreender como tem sido feito o processo de implantação das florestas comunitárias em Maluana, como ponto de partida para a compreensão da dinâmica do mesmo processo ao nível do país.

### **1.3 Objectivos**

#### **Geral:**

- a) Avaliar a participação comunitária na implantação de florestas comunitárias em Maluana

#### **Específicos:**

- a) Identificar as actividades desenvolvidas no âmbito de implantação de florestas comunitárias de Maluana.
- b) Descrever o papel dos diferentes intervenientes no processo de implantação de florestas comunitárias em Maluana.
- c) Avaliar o impacto da participação comunitária na implantação de florestas comunitárias em Maluana.
- d) Elaborar um plano de educação ambiental para a implantação de florestas comunitárias em Maluana.

### **1.4 Perguntas de pesquisa**

- a) Quais foram as actividades desenvolvidas na implantação de florestas comunitárias em Maluana?
- b) Como é que os diferentes intervenientes participaram na implantação de florestas comunitária em Maluana?

- c) Quais são os impactos da participação comunitária no processo de implantação de florestas comunitárias em Maluana?
- d) Que estratégia para a implantação de florestas comunitárias em Maluana?

### **1.5. Justificativa**

Segundo MICOA (2010), a criação de florestas comunitárias surge como resposta aos desafios das mudanças climáticas verificadas em todo o mundo, bem como ao crescente registo de práticas nocivas ao ambiente, das quais se destacam o abate indiscriminado das árvores e as queimadas, que causam a desertificação.

A participação das comunidades locais nesta campanha, de acordo com Macucule (2006), pode resultar no uso racional dos recursos florestais, na melhoria do modo de vida das comunidades, na redução da pobreza no meio rural e na conservação dos recursos florestais.

O plantio de árvores é um acto educativo uma vez que, segundo MICOA (2010), é uma das vertentes de promoção do desenvolvimento sustentável, tendo como base a educação ambiental, impulsionando uma nova dinâmica na consciencialização das comunidades para a criação de florestas para autoconsumo, geração de receitas, emprego e benefícios ambientais.

Desta forma, a avaliação da participação comunitária na implantação de florestas comunitárias em Maluana poderá despertar na sociedade sobre a necessidade de criação de mais espaços verdes ao nível do país, com vista á recuperaração das áreas desflorestadas e degradadas em consequência da influência humana, bem como contribuir para a consciencialização das comunidades locais sobre a importância que as florestas representam para si e para o meio ambiente.

Maluana é um posto administrativo mais próximo da cidade de Maputo que de certa forma é influenciado pelos efeitos de urbanização que ocorrem na capital do país nomeadamente, a maior procura de novos espaços para construção de habitações, a maior demanda em combustível lenhoso para abastecer os grandes centros urbanos como Maputo, vila sede de Manhica e do próprio posto administrativo, o alargamento de espaços agrícolas para a produção de alimentos, entre outros. Segundo a chefe da localidade de Maluana sede, as poucas florestas existentes e implantadas no posto administrativo no âmbito da iniciativa presidencial ‘‘um líder, uma floresta nova’’, algumas estão degradadas devido a maior pressão exercida nelas por parte das comunidades locais na procura crescente dos seus recursos para lenha, medicamentos e material de construção, enquanto outras, as suas plantas

morreram provavelmente por não se adaptarem às condições ecológicas dos novos espaços, entre elas, o tipo de solos e o clima da zona.

Desta forma, a implantação de florestas comunitárias em Maluana e no país, é uma valiosa contribuição para os esforços globais de mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, bem como no uso e valorização dos recursos florestais.

## **CAPÍTULO II: REVISÃO DA LITERATURA**

Neste capítulo, são apresentados e discutidos vários conceitos e aspectos relevantes que podem contribuir para uma maior compreensão da forma como decorreu a participação das comunidades na implantação de florestas comunitárias não só em Maluana sede, bem como no país em geral.

### **2.1 Conceitos básicos**

#### **2.1.1 Participação**

Segundo Back (2010), a palavra "participação" deriva da palavra parte, e pode ser compreendido como "fazer parte", "ser parte", "tomar parte", ou "partilha" do poder e do direito para intervir na formulação e tomada de decisões políticas que regem a vida em sociedade. Portanto, a participação realça a necessidade de se dar a voz às pessoas nos programas de desenvolvimento e de tomada de decisão, no acesso aos recursos e aos benefícios resultantes desses programas.

Macucule (2006) define participação como sendo o envolvimento dos diferentes agentes no processo de tomada de decisão. Segundo o mesmo autor, este envolvimento deve ser voluntário e activo por parte dos membros de uma comunidade.

Por outro lado, Simões (2015), define participação como sendo a estratégia de redistribuição de poder que permite aos cidadãos excluídos dos processos políticos e económicos serem activamente incluídos como participantes do planeamento do seu futuro.

Para Moroni (2006), a participação é a maneira pela qual as aspirações e as necessidades dos diferentes segmentos da população podem ser expressas no espaço público de forma democrática, estando associada ao modo como estes "grupos" se percebem como cidadãos, ou seja, é a expressão de atitudes como: Expressar desejos e necessidades, construir argumentos, formular propostas, ouvir outros pontos de vista, reagir, debater e chegar ao consenso.

Para o presente trabalho, será usado o conceito de Back (2010) por este enquadrar-se melhor às características das comunidades rurais dos três bairros de Maluana sede na implantação de florestas comunitárias.

### 2.1.2 Floresta

O termo “floresta” possui vários conceitos que são empregues em diferentes lugares do mundo e em diferentes contextos.

Por exemplo, MICOA (2010), no âmbito da implementação da iniciativa presidencial “um líder, uma floresta nova”, define a floresta como sendo um conjunto de muitas árvores e plantas, uma cobertura vegetal capaz de fornecer madeira ou produtos vegetais. É também um lugar onde vivem animais.

Segundo SFB (2010), a Convenção Quadro das Nações Unidas para as Mudanças Climáticas define floresta como sendo uma área que mede no mínimo 0,05-1,0 ha com cobertura de copas (ou nível de estoque equivalente) de mais de 10-30% com árvores com o potencial de atingir a altura mínima de 2-5 m na maturidade in situ.

Entretanto, FAO (2004) apresenta um conceito de floresta que é reconhecido em diferentes lugares do mundo, governos nacionais, instituições e organizações, que considera floresta uma área de pelo menos um hectare com uma cobertura de copas de árvores igual ou superior a 10%, com árvores de altura superior a 5 metros. Isso não inclui terra que está predominantemente sob uso agrícola ou urbano.

Em Moçambique, a Lei de Florestas e Fauna Bravia define a floresta como sendo a cobertura vegetal capaz de fornecer madeira ou produtos vegetais, albergar a fauna e exercer um efeito directo e indirecto sobre o solo, clima ou regime hídrico (DNFFB, 1999).

Analisando os quatro conceitos de floresta apresentados pelos quatro autores, tanto MICOA bem como DNFFB pecam por não considerar a área mínima a partir da qual pode se considerar uma floresta. Um aspecto muito importante nos conceitos apresentados por estes dois autores, é o facto de mencionarem a floresta como lugar que alberga a fauna.

No que diz respeito aos conceitos apresentados pela UNFCCC e pela FAO, eles coincidem nas suas abordagens sobre floresta, ao definirem a área mínima de um hectare a partir da qual passa a considerar-se uma floresta, e a cobertura florestal igual ou superior a dez por cento, e altura das árvores que podem atingir cinco metros de altura. Os dois autores não fazem menção á fauna.

Apesar dessas possíveis lacunas que se verificam nesses conceitos apresentados por estes autores, o conceito da FAO é o que será usado neste trabalho, não apenas pelo facto deste ser

usado e aceite por muitos países e governos, mas pelo facto de não incluir a componente fauna bravia, pois as florestas comunitárias de Maluana situam-se próximo das residências comunitárias e a presença da fauna nestes locais pode gerar o conflito homem-animal que é um fenómeno que tem provocado muitas preocupações em muitas comunidades rurais em Moçambique.

### **2.1.3 Florestas comunitárias**

A implantação de florestas comunitárias em Moçambique constitui uma das estratégias do governo que tem em vista, criar no seio das comunidades (rurais ou urbanas), o hábito de plantar e cuidar das árvores, a utilização dos recursos naturais de forma sustentável, contribuindo assim para o alcance do desenvolvimento sustentável. É desta forma que vários autores debruçaram-se sobre este assunto.

Sitoe (2005) fala de plantações florestais comunitárias, definindo-as como sendo parcelas de plantações de espécies florestais nativas ou exóticas nas áreas comunitárias, e as regras da sua gestão são geralmente estabelecidas pela comunidade.

Por seu turno, MICOA (2010) define florestas comunitárias como sendo florestas criadas pela comunidade através do plantio árvores de espécies florestais diversas ou escolhidas de acordo com os objectivos da comunidade e localizam-se no espaço geográfico da comunidade. Elas devem ser conservadas e geridas pela comunidade para o próprio benefício e do ambiente, segundo um plano de maneio.

Os dois conceitos apresentados têm algo em comum: que as florestas comunitárias localizam-se nas áreas que pertencem à comunidade e são geridas pela própria comunidade. Entretanto, para efeitos deste trabalho, será usado o conceito de MICOA (2010) que define duma forma específica, as florestas comunitárias em Moçambique, como é o caso de Maluana.

### **2.1.4 Líder comunitário**

Na materialização da iniciativa presidencial “um líder, uma floresta”, é reconhecido e valorizado o papel e a influência dos Líderes Comunitários na comunidade, bem como a sua contribuição para o alcance dos objectivos deste processo.

Segundo Xavier (2015), líderes comunitários, são todos os chefes tradicionais, secretários dos bairros ou de aldeias, e outros líderes reconhecidos pelas respectivas comunidades.

Por outro lado, o número um, do artigo 105, do decreto 11/2005, de 10 de Junho, do regulamento da lei dos órgãos locais do Estado, fala de autoridades comunitárias definindo-as como sendo pessoas que exercem certa forma de autoridade sobre determinada comunidade ou grupo social, tais como chefes tradicionais, secretários de bairro ou aldeia e outros líderes legitimados como tais pelas respectivas comunidades ou grupo social.

Macucule (2006) define líderes comunitários como sendo entidades tradicionais que representam a organização cultural/social, responsáveis pela observância das normas e costumes locais, resolução de conflitos, até mesmo a alocação dos recursos aos usuários.

Neste trabalho, será usado o conceito de Xavier (2015), por abranger todas as categorias de líderes comunitários existentes em Maluana.

## **2.2 Actividades de implantação de florestas comunitárias**

MICOA (2010) recomenda quatro fases de implantação duma floresta comunitária nomeadamente a escolha da área para a implantação da floresta, escolha do tipo de árvores a plantar, plantio de árvores e conservação das mesmas.

### **a) Escolha da área**

Nesta etapa, a comunidade recebe do seu líder e seus colaboradores, explicação sobre a necessidade da criação das florestas comunitárias, a importância das árvores e os benefícios que a comunidade irá usufruir no futuro.

Em seguida, a comunidade é consultada sobre a área onde deverá ser criada a floresta, que deve ser um terreno grande com o mínimo de 50 hectares dentro do espaço geográfico da comunidade.

### **b) Escolha do tipo de árvores a plantar**

Com o apoio técnico do SDAE e sector de ambiente a nível local (distrito), a comunidade local é consultada sobre as espécies de árvores que ela deseja plantar na sua área projectada para floresta, tendo em conta os seus objectivos e as condições locais do solo e do clima.

### **c) Plantio de árvores**

O processo de plantio de árvores começa pela criação de viveiros com o tipo de plantas que pretendemos e que se adaptam às condições do solo (MICOA, 2010).

Nesta etapa, a comunidade é sensibilizada e capacitada pelos técnicos do SDAE e do sector do ambiente ao nível do distrito sobre os métodos de plantio e da criação de viveiros. Especificamente, eles capacitam às comunidades a perceber como fazer viveiros, escolher os tipos de árvores a plantar, onde plantar, quando plantar, número de árvores por hectare e como plantar.

#### **d) Conservação das árvores**

Nesta última etapa, a comunidade é capacitada a cuidar das plantas para garantir a segurança e o rápido crescimento destas. Especificamente, a comunidade é capacitada a:

- Regar as plantas
- Vigiar as plantas no que diz respeito ao crescimento e à sobrevivência/ mortalidade
- Fazer a capina á volta das plantas

### **2.3 Principais intervenientes no processo de implantação de florestas comunitárias**

A criação de florestas comunitárias em Moçambique é uma das estratégias do governo e conta com o envolvimento activo dos diferentes actores interessados pelo alcance do desenvolvimento sustentável.

Segundo Chiandela (2013) e MICOA (2010), os principais intervenientes na implantação de florestas comunitárias são os seguintes: O estado representado neste programa pelos Serviços Distritais de Actividades Económicas (SDAE), Os líderes comunitários, as comunidades, o sector privado e as organizações não governamentais (ONG's).

#### **2.3.1 O estado através dos Serviços Distritais de Actividades Económicas (SDAE)**

O estado é um dos principais actores no MCRN. Para Siteo (2007), o estado é proprietário dos recursos naturais, legislador e agente executor das leis e protector dos interesses das comunidades, dá assistência técnica às comunidades e serve de conselheiro para as comunidades quanto à definição de prioridades para o desenvolvimento local.

Sendo assim, o estado deve apoiar os líderes comunitários e os comités de gestão de recursos naturais na sensibilização da comunidade para participar na criação e conservação das florestas, bem como na capacitação sobre os métodos de plantio e de criação de viveiros.

Deve igualmente providenciar o apoio técnico ás comunidades locais na identificação do tipo de árvores a serem plantadas de acordo com as condições do solo (fertilidade, humidade e temperatura) e dos objectivos da comunidade.

### **2.3.2 Líder comunitário**

O líder comunitário é uma figura chave na criação de florestas comunitárias em Moçambique. Segundo MICOA (2010), ele e os seus colaboradores são responsáveis em identificar um terreno grande com o mínimo de cinquenta hectares, dentro do espaço geográfico da comunidade, onde podem ser plantadas mais árvores todos os anos. Esta área pode ser nova ou degradada.

O líder comunitário deve mobilizar a sua comunidade a participar no plantio de árvores, deve explicar a sua comunidade sobre a necessidade de criação das florestas comunitárias, a importância e os benefícios que a comunidade irá usufruir no futuro.

Ele deve procurar apoio técnico junto dos sectores dos Serviços Distritais de Actividades Económicas (SDAE) e do ambiente ao nível do distrito.

Juntamente com o comité de gestão de recursos naturais e dos técnicos do SDAE, tem a responsabilidade de procurar oficializar a área onde foi implantada a floresta, adquirindo o Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT).

### **2.3.3 A comunidade**

Segundo Siteo (2007), a comunidade é o agente principal do processo de MCRN, normalmente com próprias formas de organização e estruturação, e pode ser representada pelo respectivo líder comunitário e seus colaboradores.

O papel da comunidade na implantação de florestas comunitárias é de participar em todas as actividades deste programa. Para tal, ela deve se organizar em comités de gestão de recursos naturais, associações, ou outras formas de organização social já existentes, a fim de facilitar o manejo das florestas e participar na tomada de decisão sobre o uso e conservação das mesmas, de modo a melhorar as suas condições de vida.

### **2.3.4 O sector privado e organizações não governamentais (ONG's)**

Apesar de não estar bem explícito o envolvimento das organizações não governamentais (ONG's) e do sector privado como parte dos principais intervenientes na implementação da iniciativa presidencial "um líder, uma floresta", Chiandela (s/d) realça a participação do Sector Privado e da Sociedade Civil nesta iniciativa, destacando, por exemplo, a criação de viveiros por empresas florestais e associações que impulsionam a criação de florestas comunitárias em diversas localidades do país.

Outros autores sustentam numa forma cautelosa, a ideia da possível participação do sector privado e das organizações não governamentais neste tipo de iniciativas.

Por exemplo, Sitóe (2007) refere que as plantações florestais comunitárias são geridas pela comunidade e geralmente com apoio do Estado ou ONG, com o estabelecimento de um viveiro comunitário e a capacitação dos agentes comunitários para o estabelecimento de plantações. O mesmo acrescenta que não há referências deste arranjo contar com o sector privado em Moçambique, apesar de teoricamente haver esta possibilidade, especialmente nas áreas que cercam as plantações florestais privadas de larga escala. Por outro lado, ele fala da importância da participação do sector privado e das ONG's em iniciativas comunitárias que pode consistir em incentivar e colaborar na educação da população para a conservação dos recursos naturais.

Macucule (2006) fala de instituições/ entidades que influenciam a gestão participativa dos recursos naturais, nomeadamente, as autoridades administrativas (que representam o estado a nível local), autoridades tradicionais (líderes comunitários), organizações não Governamentais (ONG's), organizações de desenvolvimento rural, o sector privado, as comunidades, entre outras.

Desta forma, percebe-se que há necessidade do envolvimento do sector privado e das organizações não governamentais no desenho e na implantação de florestas comunitárias, como um dos requisitos para se alcançar os objectivos deste programa.

#### **2.4. Impactos da participação comunitária na implantação de florestas comunitárias**

A participação das comunidades na materialização deste programa traz vários impactos para as suas vidas e para a qualidade do ambiente em geral. Sendo assim, o envolvimento comunitário na implantação de florestas, pode:

- Criar no seio das comunidades, o hábito de plantar e cuidar das árvores (MICOA, 2010). De acordo com o mesmo autor, o acto de plantar árvores representa um gesto de amor pela natureza e pelo lugar em que vivemos pelo que o envolvimento activo e consciente das comunidades contribuem para a preservação e conservação do ambiente. Por outro lado, Chiandela (2013) fala da floresta como um bem comum que pertence a todos e participando na sua implantação, a comunidade identifica-se com ela e ganha a consciência/ o sentido de pertença sobre este recurso, passando a envolver-se activamente na sua gestão.

- Elevar a consciência social para a valorização da natureza através dos benefícios que podem ser gerados pelas florestas (MICOA, 2010). Assim, a comunidade passa a compreender o verdadeiro valor das florestas e motiva-lhe a contribuir para a preservação e conservação das mesmas.
- Criar o espírito de cooperação entre os diferentes intervenientes do programa (Back, 2010). Para Bandeira (1999), a articulação entre os actores sociais fortalece a coesão da comunidade e torna possível o alcance de objetivos de interesse comum, como é o caso de florestas comunitárias.
- Resolver ou gerar conflitos (idem). Segundo Macucule (2006), os conflitos podem ser vistos como uma força de mudança social positiva que demonstra a adaptação da comunidade à nova realidade ambiental. Com a participação na gestão dos recursos naturais, de acordo com o mesmo autor, a comunidade busca soluções aos problemas que afectam o seu ambiente, garantindo assim a sua protecção e conservação.
- Contribuir para educar as actuais e futuras gerações. De acordo com Macucule (2006), a comunidade possui experiências e expectativas sobre o uso dos recursos naturais e o seu envolvimento na gestão destes recursos é a condição básica para o alcance do manejo sustentável desses recursos. Para Asmus & Marroni (2003), a consciencialização das comunidades envolvidas num processo de gestão é um factor indispensável na medida em que, directa ou indirectamente, estas pessoas são usuárias do meio em que vivem e faz com que elas compreendam melhor o seu ambiente para poder usufruí-lo com moderação, preservando-o para as gerações futuras, e encoraja a transmissão de valores e experiências adquiridas, despertando lideranças e as próprias comunidades. Assim, as futuras gerações terão mais consciência ambiental dada à educação que terão recebido dos seus antepassados.

Desta forma, a participação comunitária é um acto educativo no qual, os conhecimentos e habilidades são produto da própria experiência (Back, 2010) e é um dos pressupostos fundamentais para o alcance dos objectivos dos projectos (Klausmeyer & Ramalho, 1995).

## CAPÍTULO III: METODOLOGIA

Este capítulo aborda, em primeiro lugar, a caracterização do local onde decorreu o estudo. Em seguida, faz-se a abordagem metodológica, amostragem, técnicas de recolha, análise de dados e por fim, aspectos éticos.

### 3.1 Localização da área de estudo

Maluana é um dos seis postos administrativos do distrito de Manhiça. Localiza-se na parte sul do distrito e dista, aproximadamente, 22 km da vila sede de Manhiça.

É limitado ao norte pelo posto administrativo de Manhiça sede, a sul e este pelo distrito de Marracuene, e a oeste pelo distrito de Moamba. Possui uma população de 22 236 habitantes (MAE, 2005).

Situado no interior do distrito, MAE (2005) refere que Maluana possui o clima tropical seco com duas estações: Chuvosa (de Outubro a Abril) e seca (de Maio a Setembro). A precipitação anual, segundo a mesma fonte, é de 807 milímetros concentrada nos meses de Dezembro a Fevereiro. A temperatura média anual é de 23°C; a temperatura máxima regista-se no mês de Janeiro (cerca de 32°C) e a mínima no mês de Julho (13°C).

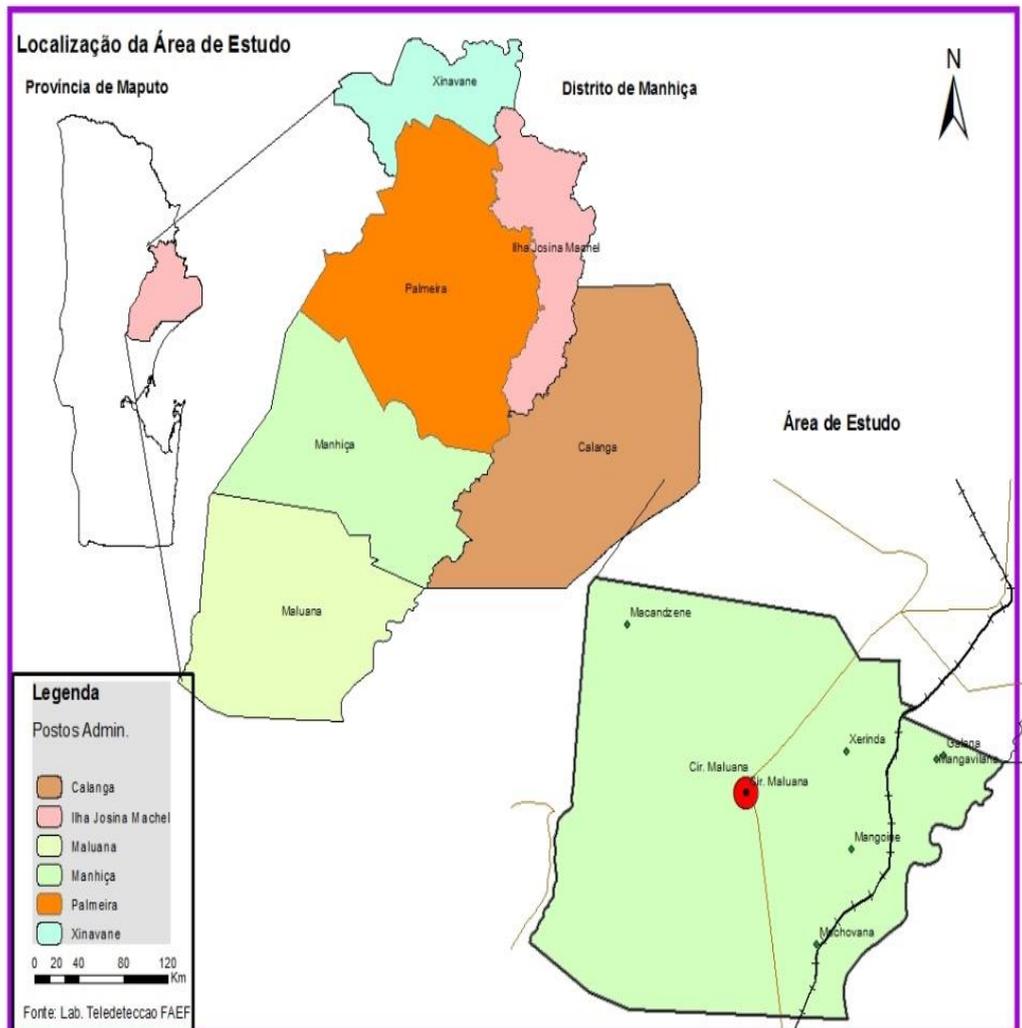
A localidade de Maluana sede é composta pelos três bairros.

O bairro um, de acordo com o seu representante, possui uma floresta comunitária de dez hectares aproximadamente, onde foram plantados eucaliptos. Esta área já estava degradada e até agora apresenta algumas espécies nativas como chanfuta (*Azelia quanzensis*), imbondeiro (*Adansonia digitata*), entre outras.

À semelhança do bairro um, o bairro dois possui uma floresta comunitária (área não estimada) onde foram plantadas chanfutas (*Azelia quanzensis*). Outras espécies ocorrem naturalmente nesta área, como é o caso de canhueiro (*Sclerocarya birea*), conola (*Terminalia sericea*), cuácua (*strychnos madagascariensis*), hlala (*Strychnos spinosa*), mbessu (*Albizia versicolor*), entre outras.

O bairro três possui uma floresta comunitária de aproximadamente seis hectares. A floresta é nativa e foram introduzidas algumas chanfutas (*Azelia quanzensis*). Ocorrem naturalmente nesta floresta as seguintes espécies: Canhueiro (*Sclerocarya birea*), cuácua (*Strychnos*

madagascariensis), hlala (*Strychnos spinosa*), mapfilua (*Vangueria infausta*), ndziva (*Dialium schlechter*), entre outras.



**Figura 1:** Localização da área de estudo

**Fonte:** Laboratório de Teledeteccção. DEF/FAEF/ UEM, 2017.

### 3.2 Abordagem metodológica

Para avaliação da participação comunitária na implantação de florestas comunitárias em Maluana sede, foi usada a abordagem exploratória, que consistiu em familiarizar-se com este programa que constitui uma nova experiência não só para a localidade de Maluana, bem como do país em geral, sendo assim um tema novo ainda pouco explorado.

Segundo Fantinato (2015) e Gil (2008), uma pesquisa exploratoria visa familiarizar-se com um assunto ainda pouco conhecido, pouco explorado, como é o caso de implantação de

florestas comunitárias em Moçambique. Esta abordagem depende da intuição do explorador (pesquisador) e da pesquisa bibliográfica. A implantação de florestas comunitárias no país é uma nova experiência de reflorestamento em larga escala, e a sua avaliação requer a aplicação deste tipo de abordagem, pois ela proporciona maior familiaridade com o problema de modo a torná-lo mais explícito. De acordo com os mesmos autores, esta abordagem é flexível, criativo e informal, e responde aos objectivos deste estudo.

Para a avaliação de impactos de participação comunitária na implantação de florestas comunitárias em Maluana, utilizou-se a metodologia de Buainai et al ( 2007) que consiste no índice de tradição comunitária que é construído com base nos seguintes aspectos: Tradição de trabalhos colectivos na comunidade, tradição de gestão de recursos naturais pertencentes á comunidade, tradição de organização de eventos comunitários e tradição de associação com finalidades reivindicativas.

### **3.3 População e amostra**

Para a presente pesquisa, constitui população- alvo, todos os residentes de Maluana sede com idade igual ou superior a 18 anos, que já residiam neste local até 2009, ano em que, segundo MICOA (2010), foi da divulgação a nível nacional da iniciativa presidencial ‘um líder, uma floresta nova’. Este acto aconteceu aquando do lançamento do Programa de Educação, Comunicação e Divulgação Ambiental feita por Sua Excelência Armando Emílio Guebuza, então Presidente da República de Moçambique. Deste modo, usou-se a amostragem em bola de neve (snowball) que consistiu em pedir aos líderes comunitários (como informantes-chaves) para indicar os agregados familiares que estavam dispostos a participar neste estudo. Segundo Baldin& Munhoz (2011), a amostragem em bola de neve envolve pedir às pessoas participantes numa pesquisa para nomear outras que estariam dispostas a participar e é usada quando a população- alvo for de difícil identificação pelo pesquisador. De acordo com os mesmos, a amostragem continua até que o número de respostas seja obtido. Desta forma, as famílias seleccionadas pertencem ao grupo das que já residiam em Maluana em 2009, altura do lançamento oficial do programa de implantação de florestas comunitárias em Moçambique, conforme foi referido anteriormente.

A amostra consistiu de:

- a) Onze (11) representantes dos agregados familiares de cada um dos três bairros de Maluana sede, sendo a amostra total de trinta e três (33) representantes dos agregados familiares da localidade de Maluana.
- b) A chefe da localidade e os respectivos líderes comunitários participaram nesta pesquisa como informantes chaves.

O tamanho da amostra dependeu mais da dificuldade de localizar os agregados familiares que estivessem já a residir em Maluana em 2009, e da dispersão dos mesmos.

Em cada bairro respondiam ao questionário os primeiros onze (11) informates encontrados pelo pesquisador durante a colecta de dados, com requisitos que já foram mencionados anteriormente.

### **3.4 Técnicas de recolha de dados**

A colecta de dados de campo foi mediante o uso de questionário por ser mais rápido na recolha de informação.

Segundo Fentinato (2015) o questionário é um instrumento de colecta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante, sem a presença do pesquisador e tem como objectivo levantar opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vividas, entre outros.

### **3.5 Análise de dados**

Nesta análise, foi feita a transcrição, categorização e agrupamento de dados (respostas) de acordo com a semelhança das respostas dos informantes ao questionário desta pesquisa, incluindo a consulta bibliográfica. Recorrendo á literatura, foi feita a avaliação dos impactos da participação comunitária na implantação de florestas comunitárias em Maluana sede.

### **3.6 Aspectos éticos**

A participação das fontes nesta pesquisa foi de livre vontade. Os informantes tiveram a liberdade de responderem ou de recusarem a responder a qualquer pergunta da pesquisa. Por outro lado, os respondentes tiveram o direito de solicitar o anonimato, no entanto, todos preferiram identificar-se.

Durante a recolha de dados, deixou-se claro que todos os elementos respeitantes a identificação individual dos informantes, nomeadamente, o nome, a idade, estado civil,

profissão, entre outros, são confidenciais e apenas servem para o desenvolvimento da pesquisa.

Os resultados desta pesquisa são para efeitos meramente acadêmicos.

## **CAPÍTULO IV: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE DADOS**

Ao longo deste capítulo serão apresentados e discutidos os principais resultados desta investigação. Desta forma, serão apresentadas e discutidas as actividades desenvolvidas na implantação de florestas comunitárias em Maluana sede, em seguida, descrever o papel dos diferentes intervenientes neste processo, e por último fazer a avaliação dos impactos da participação comunitária.

### **4.1 Actividades desenvolvidas na implantação de florestas comunitárias em Maluana Sede**

As actividades desenvolvidas na implantação de florestas comunitárias em Maluana foram as seguintes fases: A mobilização da comunidade para o estabelecimento de florestas, a identificação do local, a demarcação da área, a escolha do tipo de árvores a plantar, e o plantio das mesmas. Contudo, estas actividades não são completas, pois, MICOA (2010) refere que as actividades devem ser finalizadas com a rega e conservação.

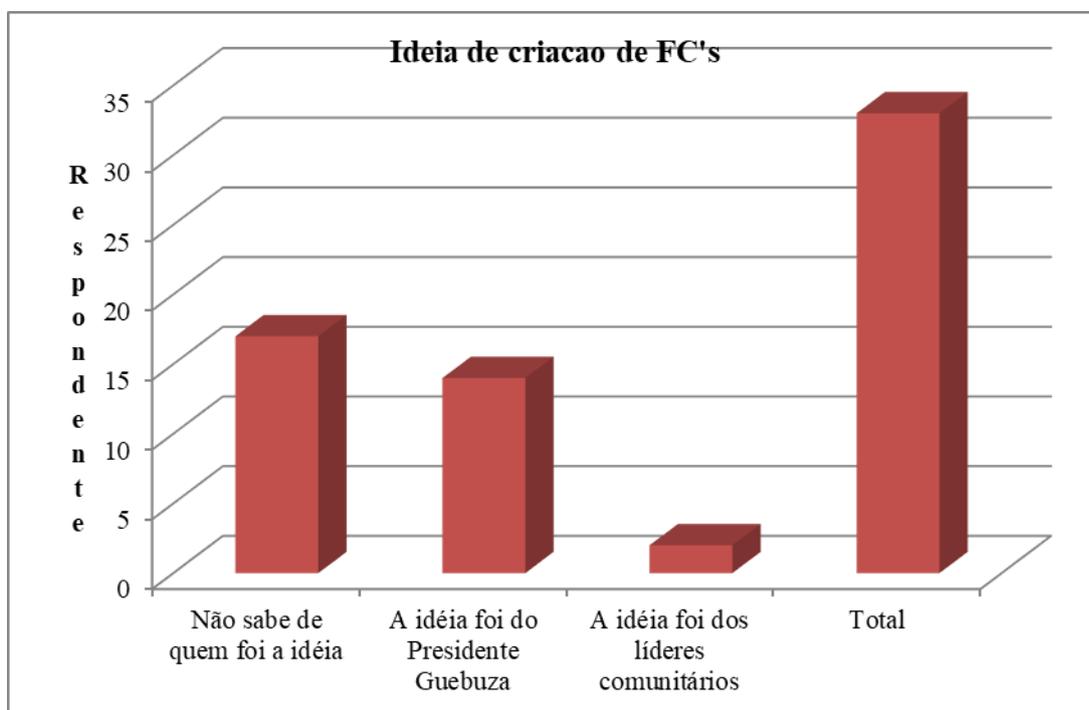
Quanto à mobilização da comunidade para a implantação de florestas comunitárias nos três bairros de Maluana, 15 dos 33 respondentes afirmaram que esta actividade foi conduzida pelos líderes comunitários. Os mesmos afirmaram que foram os líderes comunitários juntamente com os seus colaboradores directos (chefes de quarteirão e de dez casas) que fizeram a demarcação e identificação dos terrenos, enquanto que os restantes (18 dos 33 respondentes) disseram que não sabiam quem havia mobilizado a comunidade para este programa, bem como não sabiam quem identificou e demarcou os terrenos para implantação das florestas nos seus bairros.

No que concerne ao ano da implantação de florestas comunitárias nesta localidade, 10 dos 33 respondentes afirmaram ter acontecido em 2010 e outros (23 dos 33 informantes) afirmaram que não sabiam.

Tendo em conta as diferentes respostas dadas, pode se notar que existe certo vazio da informação na maioria dos respondentes, provavelmente porque Maluana tem vindo a registar um crescimento populacional e alguma parte da comunidade está a residir há pouco tempo. Todas as florestas implantadas nesta área de estudo encontram-se localizados nos respectivos bairros.

Quanto á implantação de florestas comunitárias, 17 dos 33 respondentes não sabem de quem foi a ideia. Outros (14 dos 33 respondentes), disseram que a ideia foi do então Presidente da República, Armando Emílio Guebuza. Os restantes (2 dos 33 respondentes) afirmaram que esta ideia foi dos respectivos líderes.

Segundo a justificação apresentada pelos líderes dos três bairros, as diferentes respostas dadas pelos entrevistados resultam pelo facto de não ter havido tempo suficiente para informar as comunidades sobre o tipo e os objectivos do projecto devido à urgência da sua implementação manifestada pelos dirigentes dos órgãos de estado a vários níveis (local, distrital, provincial e central), o que de certa forma criou muita pressão sobre os líderes locais e os seus colaboradores directos. Esta atitude dos líderes comunitários constituiu um dos factores negativos que contribuiu para a fraca participação da comunidade e de outros intervenientes neste processo, pois, a falta de informação atempada e detalhada sobre este programa fez com que cada membro da comunidade interpretasse este assunto da sua maneira. A seguir, a figura 2 mostra as diferentes respostas sobre quem teve a ideia de se criar as florestas comunitárias em Moçambique e em Maluana em particular.



**Figura 2:** Ideia de criação de florestas comunitárias

A tarefa da escolha do tipo de árvores a plantar coube aos líderes comunitários e seus colaboradores, enquanto os técnicos dos Serviços Distritais de Actividades Económicas (SDAE) de Manhíça forneceram mudas de eucaliptos e de chanfutas às comunidades locais,

como parte do apoio do estado neste projecto comunitário. Segundo a afirmação dos líderes comunitários (como informantes chaves), as comunidades locais não foram consultadas.

Esta falta de consulta à comunidade local sobre o tipo de árvores que ela gostaria que fossem plantadas no seu terreno, pode ter provocado o seu desinteresse em participar activamente e de forma voluntária nesta causa colectiva, por achar que ela foi excluída na tomada desta decisão.

Como consequência desta situação, segundo os mesmos líderes, durante o plantio esteve uma pequena parte das comunidades dos três bairros de Maluana sede, juntamente com os seus líderes. Entretanto, dezassete (17) dos trinta e três (33) respondentes afirmaram que no plantio estiveram presentes os líderes comunitários com as respectivas comunidades, um (1) dos trinta e três (33), disse que só estiveram presentes os chefes de 10 casas, enquanto os restantes (15 dos 33 respondentes) disseram que não sabiam nada sobre este assunto.

Isto mostra claramente que apesar dos líderes comunitários de Maluana considerarem a participação da comunidade local como tendo sido fraca durante a fase do plantio, a maior parte dos respondentes possui a informação sobre os que participaram neste trabalho. Alguns respondentes participaram directamente no plantio de árvores e outros tiveram alguma interacção com os primeiros sobre esta actividade.

Importa referir que nas áreas comunitárias não foram estabelecidos viveiros que pudessem fornecer mudas aos espaços escolhidos para implantar florestas, e as comunidades não foram instruídas para o estabelecerem os seus próprios viveiros.

Quanto á possível contribuição do estado nesta fase, todos os trinta e três (33) respondentes afirmaram que não houve apoio técnico por parte dos técnicos do SDAE durante o trabalho de plantio.

Entretanto, todos os líderes comunitários de Maluana confirmaram ter havido apoio dos técnicos do SDAE, através do fornecimento de mudas á comunidade local. Os mesmos afirmaram que não houve qualquer capacitação técnica da comunidade e dos respectivos líderes sobre a implantação duma floresta comunitária.

Segundo a Chefe da localidade, o plantio decorreu no tempo seco, facto este que contraria as recomendações do MICOA (2010) que aconselha o plantio no tempo chuvoso para que as

plantas possam melhor suportar o stress do campo, e caso isso não aconteça, as plantas morrem, daí que nas florestas de Maluana as mortes estiveram na ordem dos 100%, tendo restado apenas as espécies nativas que já se encontravam antes do plantio. Esta é uma das causas que originou a mortalidade das árvores recém-plantadas.

Por outro lado, de acordo com a mesma fonte, não foi feito qualquer estudo prévio sobre as condições climáticas e ecológicas dos solos onde foram implantadas as florestas. Entretanto, MICOA (2010) recomenda que a definição do tipo de árvores que devem ser plantadas deve ter em conta as condições do solo, nomeadamente a fertilidade, humidade e temperatura, para além dos objectivos da própria comunidade.

Depois desta fase, não houve a conservação das florestas comunitárias em Maluana sede. Assim, a maioria dos informantes (oito dos trinta e três respondentes), afirmou que após o plantio não houve rega regular das plantas. Os mesmos disseram que nunca se fez a capina à volta das plantas, bem como a construção de aceiros à volta das áreas florestais para a prevenção destas das queimadas descontroladas. Igualmente não houve controlo de crescimento das plantas e estas áreas não eram vigiadas. Os restantes vinte e cinco (25) dos trinta e três (33) não têm informação sobre este assunto.

Até ao momento da realização desta pesquisa não existia qualquer plano de conservação das florestas comunitárias nesta área de estudo.

Segundo MICOA (2010), a conservação das florestas comunitárias consiste em regar as plantas, vigiá-las no que diz respeito ao crescimento e à sobrevivência/ mortalidade e fazer a capina em volta delas.

Sendo assim, a implantação de florestas comunitárias em Maluana não seguiu todas as fases recomendadas por este autor devido à falta de apoio técnico dos Serviços Distritais de Actividades Económicas de Manhiça à comunidade local e aos seus líderes, desde o plantio até à conservação florestal.

Os líderes comunitários afirmaram que as dificuldades verificadas na implantação de florestas comunitárias em Maluana surgiram pelo facto da ideia deste projecto ter sido do Presidente da República, e estes se viram obrigados a ter que fazer alguma coisa que justificasse o cumprimento deste programa, mesmo que fosse sem o envolvimento activo e consciente da comunidade e de outros intervenientes neste processo.

Desta forma, olhando para as respostas dos informantes e das afirmações dos líderes comunitários, percebe-se mais uma vez que o programa de implantação de florestas comunitárias em Maluana, infelizmente não foi devidamente divulgado e debatido no seio da comunidade local antes da sua implementação. Isto pode ter contribuído para que esta comunidade não estivesse interessada em envolver-se neste processo por se sentir excluída.

Macucule (2006) chama atenção na necessidade de se envolver as comunidades locais e outros intervenientes na tomada de decisões sob o risco de se ver fracassados os esforços de conservação e gerar conflitos entre os diferentes actores.

#### **4.2 Intervenientes na implantação de florestas comunitárias de Maluana**

Segundo MICOA (2010), os intervenientes na criação de florestas comunitárias de Maluana são: Líderes comunitários, Serviços Distritais de Actividades Económicas de Manhiça (que representam o Estado a nível local), associações locais, o sector privado local, as comunidades locais e as organizações não governamentais (ONG's) que operam no distrito de Manhiça.

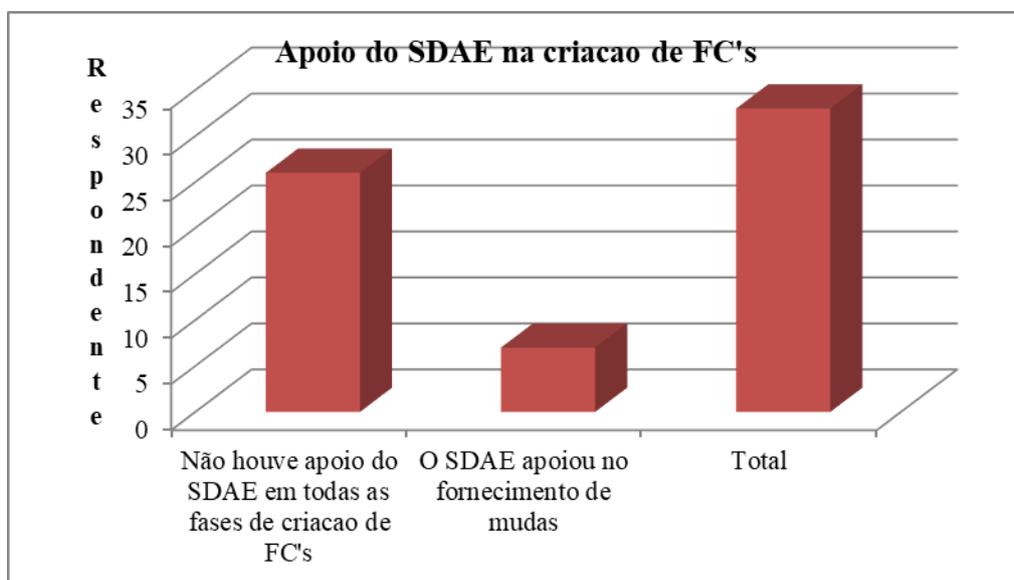
O primeiro interveniente neste programa é o líder comunitário, dada a sua inquestionável influência junto da sua comunidade. Quanto ao seu papel, doze (12) dos trinta e três (33) respondentes afirmaram que este participou em todas as fases de criação de florestas comunitárias nos seus bairros, enquanto restantes (21 dos 33 respondentes) afirmaram não ter informação sobre o assunto.

Entretanto, como foi referido anteriormente pela chefe da localidade, depois do plantio de árvores não houve trabalhos de conservação das árvores que, segundo MICOA (2010), consiste na rega regular das plantas, vigiar (monitorar) o seu crescimento, tirar o campim que cresce à volta das plantas e fazer a poda das mesmas. Desta forma, percebe-se que os líderes comunitários não participaram em todas as fases de implantação de florestas comunitárias em Maluana.

O papel dos Serviços Distritais de Actividades Económicas (SDAE) de Manhiça neste programa resumiu-se apenas no fornecimento de mudas á comunidade local. Este facto foi largamente lamentado pelos líderes comunitários e pela respectiva comunidade. Deste modo, vinte e seis dos trinta e três informantes disseram que não houve qualquer apoio prestado por estes serviços em todas as fases da implantação das suas florestas. Esta resposta surge porque

no momento da entrega das mudas para as populações locais, a maior parte dos membros da comunidade de Maluana não se apercebeu deste acto. Os restantes (7) dos trinta e três (33) informantes afirmaram que o SDAE apoiou este programa no fornecimento de mudas de eucaliptos e chanfutas. Os técnicos do SDAE deveriam ter apoiado tecnicamente a comunidade de Maluana em todas as fases de implantação das suas florestas. Para a implementação do programa de criação de florestas comunitárias no país, MICOA (2010) recomenda os líderes comunitários a procurar o apoio técnico junto dos sectores de agricultura e do ambiente a nível do distrito. Para o caso de Maluana, o apoio do SDAE não poderia ter se resumido apenas no fornecimento de mudas, pois a comunidade local necessita de ser capacitada para participar em todo este processo, incluindo a implantação de viveiros florestais nos seus bairros.

A figura 3 ilustra as duas respostas diferentes dadas pelos informantes sobre o apoio prestado pelo SDAE de Manhica. Nela, nota-se que alguns respondentes reconhecem ter havido apoio por parte do SDAE que consistiu no fornecimento de mudas (de eucaliptos e chanfutas) à comunidade de Maluana.



**Figura 3:** Apoio prestado pelo SDAE na criação de florestas comunitárias em Maluana

As associações que operam nesta área de estudo, entre elas, a associação Kindlimuka, associação dos médicos tradicionais de Moçambique (AMETRAMO), associação nacional dos camponeses, entre outras, participaram neste programa como comunidade. É desta forma que onze (11) dos trinta e três (33) respondentes afirmaram não ter havido apoio prestado

pelas associações às comunidades locais no estabelecimento das suas florestas, enquanto os restantes (22 dos 33 informantes) não sabem nada sobre o assunto. Por seu turno, os membros destas associações que participaram nesta pesquisa como respondentes, afirmaram que as associações não foram contactadas para dar a sua contribuição neste programa, principalmente na escolha de tipo de árvores a serem implantadas nestas florestas, pois, elas também usam plantas para a prevenção e cura de diversas doenças que surgem nas suas comunidades. Em suma, as associações locais não foram directamente envolvidas neste projecto. Com o não envolvimento directo dessas associações neste programa, perdeu-se uma oportunidade de se poder discutir e decidir sobre determinadas plantas que são relevantes para a vida da comunidade local.

O sector privado não participou na implantação de florestas comunitárias em Maluana. Para confirmar esta informação, todos os trinta e três (33) respondentes afirmaram que o sector privado em Maluana não apoiou a comunidade local. Os mesmos acrescentaram que a mesma comunidade solicitou a um privado local que possui um tractor e respectivas alfaias para que lhe ajudasse com o seu equipamento na abertura de aceiros à volta das suas áreas florestais para a prevenção de possíveis queimadas descontroladas. No entanto, este pedido não foi satisfeito. Isto pode ter acontecido pelo facto do referido privado não ter compreendido o seu papel neste projecto comunitário. Por outras palavras, não existiu um acordo formal entre o privado local e a respectiva comunidade.

O papel da comunidade neste programa constiu em apoiar os líderes comunitários e seus colaboradores na demarcação da área para a implantação da floresta e no plantio de árvores. Assim, treze (13) dos trinta e três (33) respondentes, disseram que cada comunidade no seu bairro participou na demarcação da sua floresta e no plantio de árvores, enquanto os restantes (20 dos 33) afirmaram que não tinham qualquer informação sobre o assunto. A fraca participação da comunidade neste programa deveu-se à falta de comunicação entre os líderes comunitários e a comunidade durante a preparação e arranque do projecto. Por outro lado, nota-se que a comunidade foi provavelmente excluída durante a divulgação e debate da iniciativa presidencial “um líder, uma floresta nova”, pois os líderes entenderam que a implementação deste programa fosse obrigatória para eles e não para as respectivas comunidades. Por isso, segundo os mesmos, eles sentiram-se mais pressionados a ter que implantar essas florestas em pouco tempo, em cumprimento desta iniciativa presidencial, mesmo que não contassem com o apoio das respectivas comunidades. Este facto pode ser a

razão principal pela qual os espaços escolhidos para a implantação de florestas comunitárias em cada um dos três bairros de Maluana são muito reduzidos e variam entre seis a dez hectares, o que contrasta com a recomendação de MICOA (2010) que orienta as comunidades e seus líderes a procurar um espaço grande situado no espaço geográfico de cada comunidade que tenha no mínimo 50 hectares para plantar árvores todos os anos.

As organizações não governamentais que operam no distrito de Manhiça, infelizmente, não participaram na criação de florestas comunitárias em Maluana. Os seus membros participaram neste evento como comunidade. Onze (11) dos trinta e três (33) respondentes afirmaram que não houve apoio das ONG's locais na implementação deste programa. Os restantes vinte e dois (22) dos trinta e três (33) informantes afirmaram que não tiveram informação sobre o envolvimento das ONG's neste programa.

Assim, a falta da participação das ONG's na implantação de florestas comunitárias em Maluana afectou negativamente o alcance dos objectivos traçados neste projecto, pois, segundo Macucule (2006), as organizações não governamentais são agentes de facilitação do desenvolvimento sustentável e visam capacitar as comunidades no uso e aproveitamento dos recursos naturais. O mesmo autor acrescenta que na gestão participativa dos recursos naturais, as ONG's constituem o elo entre a comunidade e o estado e participam na educação cívica da comunidade.

Para Sitóe (2007), as ONG's normalmente assistem as comunidades locais no desenho e implementação dos programas e projectos de desenvolvimento local e são importantes no fomento de iniciativas de gestão participativa dos recursos naturais como facilitadores e mediadores nas relações entre comunidade, privados e o Estado.

Por outro lado, a falta de divulgação e debate sobre a importância e os objectivos da implantação de florestas comunitárias em Maluana pode ter contribuído para o fraco envolvimento dos diferentes intervenientes neste projecto, pois estes não sabiam o seu papel e responsabilidade neste processo.

É desta forma que Sitóe (2007) recomenda a necessidade de se formar parcerias que resultem de um acordo entre diferentes intervenientes interessados em trabalhar juntos numa determinada iniciativa, como é o caso deste programa. Para este autor, os parceiros envolvidos devem ter claros e aprovados os objectivos, obrigações e responsabilidades antes do início da relação de parceria com vista a evitar possíveis conflitos.

Reconhece-se que a comunidade de Maluana sede tentou formar parceria com SDAE de Manhiça e como resultado dessa iniciativa, ela recebeu mudas de chanfutas e de eucaliptos. Como referido anteriormente, outra tentativa de parceira foi com um privado local que acabou não satisfazendo o pedido feito pela comunidade. Todas estas falhas podem confirmar, segundo o mesmo autor, a falta de clareza e aprovação dos objectivos, obrigações e responsabilidades destes parceiros antes do início do programa de implantação de florestas comunitárias em Maluana.

Desta forma, as organizações não governamentais, o sector privado local e as associações locais não participaram na implantação de florestas comunitárias em Maluana e, como consequência, pode ter contribuído para o não alcance dos objectivos deste programa, dado o papel que cada interveniente desempenha neste projecto de desenvolvimento comunitário.

#### **4.3. Impactos da participação comunitária na implantação de florestas comunitarias em Maluana Sede**

O primeiro aspecto considerado nesta avaliação é a existência de associações ou grupos de interesse na comunidade de Maluana sede.

Segundo chefe da localidade, existem em Maluana algumas associações de carácter social que têm trabalhado com as comunidades locais e neste momento destacam-se as seguintes: AMETRAMO (Associação dos Médicos Tradicionais de Moçambique), Kindlimuka (associação ligada ao controlo e prevenção à SIDA). As outras estão teoricamente em processo de revitalização. Assim, os trinta e três (33) respondentes afirmaram que nenhuma associação participou directamente na implantação de florestas comunitárias. Por outro lado, mesmo no âmbito da implantação deste tipo de florestas, não foi criada qualquer associação ligada ao ambiente, particularmente a que estivesse ligada á gestão participativa dos recursos naturais.

Entretanto, MICOA (2010) recomenda que no seio das comunidades devam ser criados comités de gestão dos recursos naturais para fazerem a gestão das florestas, facto que ainda não aconteceu em Maluana.

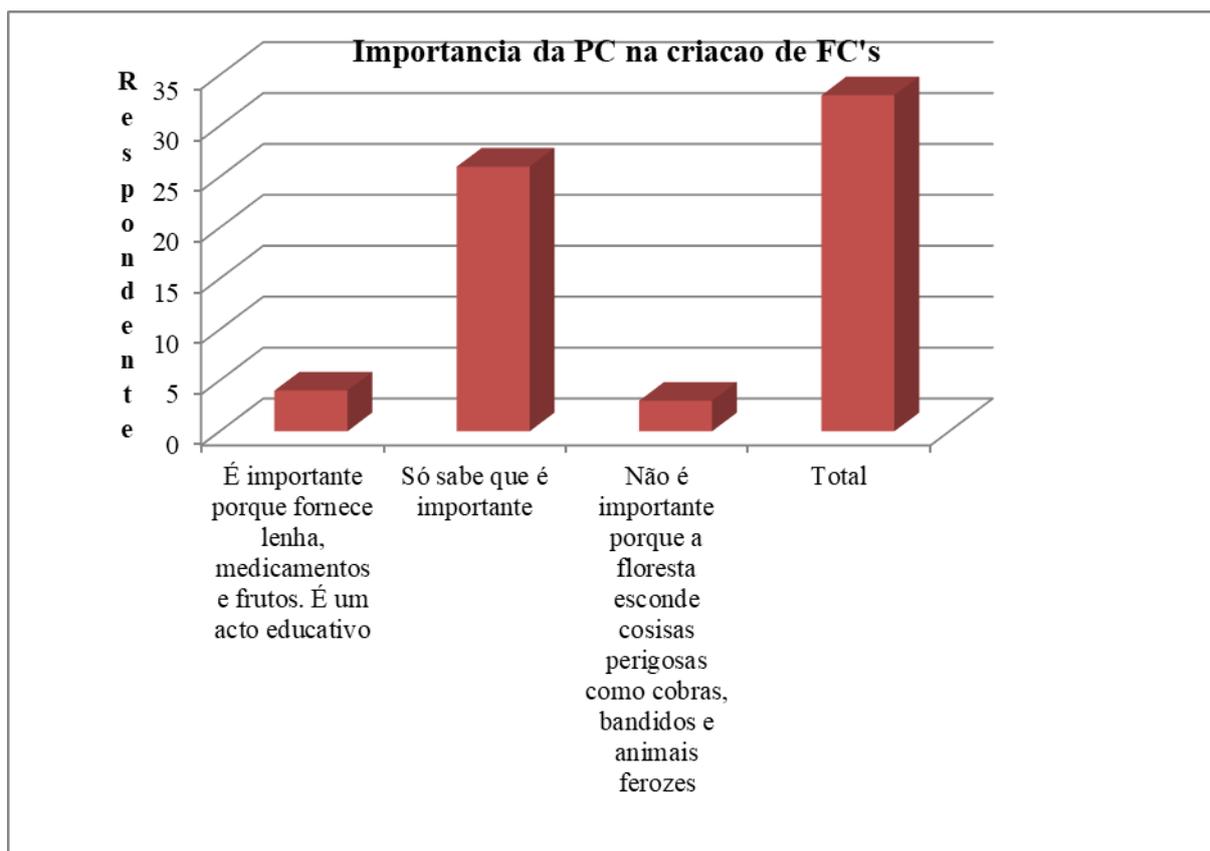
Quanto aos recursos naturais existentes nesta localidade, todos os trinta e três (33) respondentes afirmarem que nunca houve qualquer manifestação sobre o seu uso. No entanto, os líderes comunitários afirmam que algumas florestas de Maluana têm sido constantemente vandalizadas ou destruídas pelas próprias comunidades. Isto mostra

claramente que as comunidades locais ainda não ganharam a consciência de uso sustentável dos seus recursos naturais, bem como da importância que as florestas representam para elas e para o ambiente.

Existe alguma tradição de participação comunitária em trabalhos colectivos organizados pelas próprias comunidades, através das estruturas dos respectivos bairros. O único exemplo apresentado pelos respondentes (todos os trinta e três) refere-se às campanhas de limpeza dos cemitérios pertencentes às comunidades locais de cada bairro. Segundo os mesmos, a participação das pessoas nestas campanhas é de carácter voluntário.

A importância da participação das comunidades na implantação de florestas em Maluana é interpretada de diversas formas. Por exemplo, quatro (4) dos trinta e três (33) respondentes disseram ser muito importante participar na criação deste tipo de florestas porque elas fornecem lenha, medicamentos, frutos, entre outros. Segundo os mesmos, a participação comunitária em si nesta actividade constitui uma forma de educar as novas gerações sobre a necessidade de preservar e conservar as espécies florestais que sempre ocorreram nesta zona. Vinte e seis (26) dos trinta e três (33) respondentes apenas sabem que as florestas comunitárias são importantes e não sabem explicar os benefícios que estas têm para as comunidades locais. Os restantes três (3) dos trinta e três (33) respondentes afirmaram não haver relevância da participação comunitária neste programa, pois, as florestas escondem coisas perigosas, como bandidos, ladrões e animais ferozes. Estas diferenças na abordagem da importância da participação comunitária no programa de criação de florestas mostram, mais uma vez que a comunidade de Maluana ainda não compreende os benefícios que este projecto pode trazer para a vida humana, bem como para o ambiente. Sendo assim, pode se perceber que este programa não conseguiu produzir, numa forma satisfatória, o impacto positivo para a comunidade local. Uma das possíveis razões desta situação pode ser o fenómeno da urbanização que se verifica em Maluana sede, onde é visível a preocupação dos seus residentes em melhorar as suas habitações que eram feitas de material precário (pau, barro e capim), aparecimento de infraestruturas públicas e privadas feitas de material convencional (escolas, centro de saúde, igreja, lojas, entre outras). Assim, a existência de florestas em Maluana pode ser vista com um retrocesso que pode impedir o surgimento duma vila neste local.

Na figura 4, pode se notar o receio e certo cepticismo da comunidade local em criar florestas comunitárias na sua localidade.



**Figura 4:** Importância da participação comunitaria na criação de florestas comunitárias em Maluana

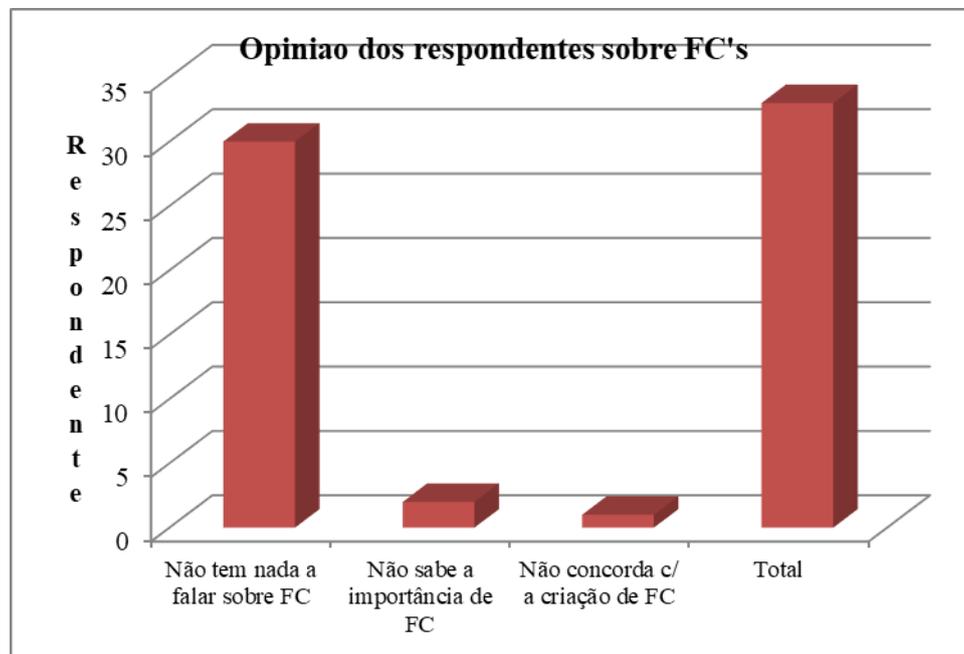
Na localidade de Maluana, a implantação de florestas comunitárias é uma experiência nova para os seus respondentes. Todos os trinta e três respondentes afirmaram que nunca existiu nesta área um programa de género e a comunidade local não tem o hábito de criar florestas, pois as árvores que existem nas suas florestas sempre ocorreram naturalmente.

Esta situação pode ser um dos factores que contribuiu para a falta de interesse por parte da comunidade local em participar na implantação das suas florestas.

Todos os trinta e três respondentes afirmaram que a implantação de florestas comunitárias em Maluana é o primeiro programa de género a ser implementado neste local.

Por fim, os informantes tiveram a oportunidade de falarem alguma coisa sobre o programa de criação de florestas comunitárias em Maluana. Trinta (30) dos trinta e três (33) respondentes disseram que não tinham algo a dizer sobre este projecto, enquanto dois dos trinta e três disseram que não sabiam a importância da criação deste tipo de florestas nos seus bairros. O último dos trinta e três disse que não concordava com a ideia de implantação de florestas

comunitárias no seu bairro. Mais uma vez verifica-se um certo receio e cepticismo sobre a implantação de florestas comunitárias em Maluana, conforme ilustra a figura 5 sobre a opinião dos respondentes em relação às florestas comunitárias no geral.



**Figura 5:** Opinião dos respondentes acerca do programao da criação de florestas comunitárias em Maluana

O cepticismo demonstrado pela maioria dos entrevistados (30 dos 33) em relação ao programa de implantação de florestas comunitárias em Maluana, bem como as respostas dadas pelos últimos informantes, mostra que a comunidade local não compreende a importância e os benefícios que este tipo de florestas pode trazer para si e para a natureza. Isto se deve provavelmente ao facto do programa de criação de florestas comunitárias em Moçambique não ter sido amplamente divulgado e debatido no seio da comunidade local.

Por outro lado, as florestas são vistas como um mal para os residentes locais porque, segundo os mesmos, elas podem alojar animais ferozes, ladrões e bandidos. Outro aspecto a considerar, é o fenómeno da urbanização que tem ganho maior expressão em Maluana, o que tem reduzido o interesse das comunidades locais em manter ou alargar as áreas florestais na sua localidade.

Para inverter esta situação, é imprescindível que sejam desenhadas e implementadas várias estratégias de sensibilização da comunidade de Maluana de modo que esta ganhe a

consciência sobre o papel que as florestas desempenham para a natureza, bem como para a humanidade.

#### **4.4 Plano de educação ambiental para a implantação de florestas comunitária em Maluana**

Os resultados apresentados neste trabalho mostram que a população de Maluana Sede não foi devidamente preparada para participar activamente na implantação de florestas comunitárias nesta área por não ter sido envolvida na divulgação e debate deste programa, o que não permitiu que ela pudesse decidir conscientemente sobre a sua participação neste processo.

Dada a importância de que se reveste a criação de florestas comunitárias à nível local e do país, surge a necessidade de se educar continuamente a comunidade de Maluana para que ela possa participar consciente e activamente neste programa, como uma das condições básicas para se alcançar os objectos nele definidos.

Deste modo, o presente plano de educação ambiental destina-se á todos os residentes da localidade de Maluana, com idades iguais ou superiores aos 18 anos.

Sendo Maluana uma comunidade basicamente rural onde alguns dos seus membros não sabem ler e escrever, as estratégias de educação ambiental a seguir apresentadas são as que melhor se adequam às características desta população alvo.

A língua de instrução será changana, pois, segundo MAE (2005), é a língua mais falada no distrito de Manhiça.

Como forma de tornar a aprendizagem mais dinâmica e interessante para todos os participantes, será usada uma combinação de métodos, destacando-se o método de elaboração conjunta ou conversação didática que consiste na interacção entre educador/agente de campo e os participantes visando à obtenção de novos conhecimentos, atitudes e habilidades. Segundo Carvalho & Pimenta (2008), este método pressupõe o diálogo entre educando e educador e a lógica do outro, ao invés de perguntas cujas respostas o educador já definiu o que ele quer ouvir.

No fim desta aprendizagem, espera-se que a comunidade de Maluana seja capaz de:

1. Geral:

- ✓ Compreender a importância do programa de criação de florestas comunitárias

## 2. Específicos:

- ✓ Conhecer os objectivos do programa de implantação de florestas comunitárias em Maluana.
- ✓ Decidir sobre a necessidade da sua participação no programa de implantação de florestas comunitárias em Maluana;
- ✓ Participar activamente em todas as fases de implantação de florestas comunitárias em Maluana;
- ✓ Transmitir a sua experiência de participação no programa de implantação de florestas comunitárias às outras comunidades.

Para o alcance destes objectivos serão realizadas as seguintes estratégias:

### a) Palestras e debates

De acordo com MICOA (2009), as palestras e debates são eficazes para abordar temas candentes na actualidade e preocupações do quotidiano com vista à busca de soluções práticas. Desta forma, as palestras e debates incidirão sobre a importância (económica, social, cultural e ambiental) das florestas, a contribuição das florestas na mitigação dos efeitos das mudanças climáticas no país e no mundo, a importância da gestão participativa dos recursos florestais e a necessidade de criação de florestas comunitárias em Moçambique. Elas serão realizadas em cada um dos três bairros da localidade de Maluana, de preferência nos sábados (que são dias de descanso para a maioria dos residentes locais). Cada palestra será dividida em duas partes. Cada parte terá a duração de trinta a quarenta minutos. O fim de cada parte será seguido de um debate sobre os assuntos tratados. Durante a realização de palestras e debates, poderão ser usados outros meios didácticos como dísticos e cartazes para auxiliarem a compreensão dos temas tratados. No fim destas actividades, poderão ser apresentados alguns números culturais locais que versam sobre a preservação e conservação das florestas e de outros recursos naturais. As palestras e debates serão ministrados por agentes de campo/ educadores ambientais.

### b) Jornadas de limpeza e plantio de árvores

Jornadas de limpeza e plantio de árvores serão realizadas no sábado seguinte ao da realização de palestras e debates, para permitir a ligação dos conteúdos tratados na palestra e nos debates com o trabalho prático no campo. Segundo MICOA (2009), as jornadas de limpeza e plantio de árvores elevam a consciência das comunidades em

relação à necessidade de preservar e conservar as árvores à luz dos seus múltiplos benefícios. Estas jornadas serão realizadas em cada um dos três bairros da localidade de Maluana e ministradas pelos agentes de campo (técnicos do SDAE de Manhiça).

O Estado, a nível local, deve desempenhar o seu papel de protector dos interesses da comunidade, providenciando todo o apoio necessário para que a aprendizagem seja efectiva e que a mesma consiga alcançar os seus objectivos. Para tal, ele deve fazer o acompanhamento permanente de todo o processo de aprendizagem e avaliar, sempre que possível, a sua praticabilidade e eficácia.

Esta aprendizagem deverá ser continuada noutros eventos e fóruns comunitários, como por exemplo, nas reuniões comunitárias, no seio das associações sociais e grupos de interesses que operam em Maluana, em datas comemorativas ligadas ao ambiente, entre outros.

## **CAPÍTULO V: CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.**

Neste capítulo, apresentam-se as principais conclusões e recomendações obtidas a partir dos resultados que foram apresentados e discutidos no capítulo anterior.

### **5.1 Conclusões**

O presente estudo concluiu que o programa de criação de florestas comunitárias em Moçambique é uma nova experiência para as comunidades locais e ainda enfrenta muitos desafios para sua efectiva implementação.

Desta forma, foi possível implantar florestas comunitárias em cada um dos três bairros de Maluana e o nível da participação comunitária neste programa situou-se no nível de manipulação, pois, uma parte desta comunidade foi convidada pelos seus líderes a participar neste projecto, sem ter sido informada sobre os objectivos do programa e dos benefícios que ela teria pela sua participação na criação deste tipo de florestas. Segundo Macucule (2006), a manipulação constitui o último nível da escada de participação do cidadão de Armstein onde os cidadãos são deliberadamente incutidos pelos detentores de poder a acreditar que a sua opinião conta ou é importante. Em Maluana, a comunidade local não foi dada a oportunidade de debater e decidir sobre a necessidade da sua participação neste programa.

Das actividades programadas para este projecto apenas foi feita a mobilização duma parte da comunidade local para apoiar os líderes comunitários e seus colaboradores na demarcação dos espaços para implantação das suas florestas e na plantação de árvores. Essas actividades foram realizadas no tempo seco e não houve a rega das plantas durante o plantio e na fase de crescimento das mesmas.

Por outro lado, não se fez o estudo prévio dos solos escolhidos para o estabelecimento das florestas e não foi feita a selecção do tipo de árvores que melhor se adaptariam às condições reais desses solos ou que fossem do interesse da comunidade local.

O próprio programa de implantação de florestas comunitárias em Maluana não foi amplamente divulgado e debatido no seio da comunidade o que fez com que esta não se interessasse em participar neste evento por se sentir excluída neste processo. Esta falta de interesse foi demonstrada igualmente pelos outros intervenientes tais como o sector privado local, associações que operam em Maluana, ONG's ao nível do distrito, entre outros, devido ao mesmo motivo.

O SDAE, que representa o Estado a nível local, apenas participou neste programa fornecendo mudas de eucaliptos e chanfutas à comunidade local.

Por outro lado, os líderes comunitários e seus colaboradores não foram capacitados para liderar este processo, daí que eles nunca se sentiram aptos para pôr em prática este programa, uma vez que nem sabiam da importância e dos objectivos da implantação de florestas comunitárias nos seus bairros.

Desta forma, os resultados deste trabalho permitem concluir que em qualquer iniciativa de desenvolvimento comunitário é imprescindível o envolvimento das comunidades locais e de outros intervenientes, como condição básica para o sucesso da mesma. Para tal, as comunidades locais devem ser suficientemente informadas e consciencializadas sobre os objectivos dos seus projectos. Além disso, o estado, como protector dos interesses das comunidades, tem um papel preponderante no acompanhamento permanente dos programas de desenvolvimento comunitário, através da assistência técnica, avaliação e monitoria às iniciativas comunitárias.

Por fim, o presente estudo possibilitou alcançar o seu objectivo principal, o de avaliar a participação comunitária na criação de florestas comunitárias em Maluana sede, como ponto de partida para futuros estudos desta temática noutros níveis de abordagem, por exemplo, ao nível da província de Maputo ou do país em geral.

## **5.2 Recomendações**

- Recomenda-se às estruturas distritais ou provinciais ligadas ao ambiente, às ONG's e outras instituições que apoiam projectos de desenvolvimento comunitário, para que façam uma ampla divulgação e debate do programa de implantação de florestas comunitárias no seio das comunidades locais antes da sua implementação para que as comunidades e outros intervenientes possam participar activamente nesse processo. Para tal, devem ser usadas várias estratégias de mobilização e sensibilização da comunidade em torno deste programa, como por exemplo, palestras, jornadas de plantio de árvores, entre outros.
- Para SDAE de Manhica, como representante do Estado a nível local, deve prestar todo o apoio técnico à comunidade da localidade de Maluana em todas as fases da implantação deste tipo de florestas, desde a sua concepção, divulgação, implementação, avaliação e monitoria, para que sejam alcançados os resultados desejados.

- Recomenda-se aos líderes comunitários para que se criem nos seus bairros, concelhos de gestão comunitária que possam apoiar as respectivas comunidades na gestão dos seus recursos naturais, incluindo as florestas comunitárias.
- Para as ONG's ligadas ao ambiente e ao estado a nível local, devem educar continuamente a comunidade de Maluana para que esta compreenda e se envolva conscientemente nos seus projectos de desenvolvimento, informando-lhe sobre o impacto da sua participação, dos objectivos de cada programa e dos benefícios que ela terá no futuro como resultado da sua participação.
- Recomenda-se ao sector privado local para a dinamização do desenvolvimento local como parte da sua responsabilidade social, prestando apoio material ou financeiro aos projectos de desenvolvimento das comunidades que residem á volta dos seus empreendimentos económicos.

## VI. Referências bibliográficas

Asmus, M.L. & Marroni, E.V. (2003). *Reflexos da participação comunitária nos processos de gestão pública sob a ótica da Educação Ambiental*. Brasil. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/266485438\\_Reflexos\\_da\\_participacao\\_comunitaria\\_nos\\_processos\\_de\\_gestao\\_publica\\_sob\\_a\\_otica\\_da\\_Educacao\\_Ambiental](https://www.researchgate.net/publication/266485438_Reflexos_da_participacao_comunitaria_nos_processos_de_gestao_publica_sob_a_otica_da_Educacao_Ambiental), 14/07/2017, 09.43h.

Back, L.B. (2010). *Participação e processos político-organizativos: Temas para o serviço social*. Brasil. Disponível em: <http://tcc.bu.ufsc.br/Ssocial290996.pdf>, 03/08/2016, 14.02h.

Baldin, N. & Munhoz, E. M. B. *Snowball (bola de neve): Uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária*. Brasil. Disponível em: [http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4398\\_2342.pdf](http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4398_2342.pdf), 05/03/2019, 07.55h.

Bandeira, P. (1999). *Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional. Texto para a discussão nº 630*. Brasília. Brasil. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0630.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0630.pdf), 25/03/2017, 11.46h.

Boletim da República nº23, I Série, de 10 de Junho de 2005. Regulamento da lei dos órgãos locais do Estado. Imprensa Nacional. Maputo.

Buainain, A.M., Guanzioli, C., Melo, C.H., Neder, H., Filho, H.M.S., Silveira, J.M. J; Mário B. O., Marta A. M., Artes, R (2007). *Série de desenvolvimento rural sustentável. Ações de combate à pobreza rural: metodologia para avaliação de impactos*. I edição. Volume 6. Brasília. Brasil.

Carvalho, A. B.& Pimenta, S.A. (2008). *Didática e o ensino de geografia*. Campina Grande: EDUEP. Brasil

Carvalho, B.G. & Pimenta, S.A. (2008). *Didáctica e o ensino de geografia*. 21ª edição. Brasil.

Chiandela, E. (2013). *Floresta comunitária. Uma iniciativa do Presidente Armando Emílio Guebuza para responder aos desafios ambientais*. DNPA - MICOA. Maputo.

Chiandela, E. (s/d). *Iniciativa pobreza e ambiente. Aliança para libertar o homem e salvar os ecossistemas*. PNUD/ MICOA. Maputo. Disponível em <https://www.unpei.org/sites/default/files/pdf/mozambique-africa-para-libertar.pdf>, 18/10/2018, 13.35h.

DNFFB. (1999). *Lei de Florestas e Fauna Bravia*. Maputo.

DNFFB. (1999). *Política e estratégia de desenvolvimento de florestas e fauna bravia*. Maputo.

- Doniak, F.A. (2002). *Participação comunitária no processo de desenvolvimento local: Estudo do caso do município de Rancho Queimado*. Brasil. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/30363738.pdf>, 02/11/2018, 11.59h
- Fantinato, M. (2015). *Métodos de Pesquisa*. USP. Brasil
- FAO (2018). *Global forest resources assessment 2020. Terms and Definitions*. Disponível em <http://www.fao.org/3/I8661EN/i8661en.pdf>, 02/10/2018, 12.24h
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ª edição. São Paulo. Brasil
- Klausmeyer, A. & Ramalho, L. (1995). *Introdução a metodologias participativas: Um guia prático*. Recife: ABONG, Brasil.
- Macule, A. J. (2006). *Introdução à gestão participativa dos recursos naturais*. Maputo.
- MAE. (2005). *Perfil do distrito de Manhiça, Província de Maputo*. Maputo. Disponível em: [http://marracuene.pmaputo.gov.mz/GovD-Manhica/informacao/Perfil\\_Manhica.pdf](http://marracuene.pmaputo.gov.mz/GovD-Manhica/informacao/Perfil_Manhica.pdf), 02./11/2018, 12.10h.
- MAE. 2010. *As comunidades locais e a delimitação no contexto da estratégia de desenvolvimento rural*. Maputo. Disponível em: <https://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk.technology.mozambique/files/pics/d128221.pdf>, 02/11/2018, 12.13h.
- Mateus, P. (2006). *Educação para a cidadania. Guião de educação ambiental: Conhecer e preservar as florestas*. Portugal. Disponível em: [https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/Areas\\_Tematicas/d6de49edc246437bcf4cf3bcd6d098d.pdf](https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/Areas_Tematicas/d6de49edc246437bcf4cf3bcd6d098d.pdf), 02/11/2018, 12.26h.
- MICOA. (2009). *Manual do Educador Ambiental*. Maputo.
- MICOA. (2010). *Manual sobre florestas comunitárias*. Maputo.
- MICOA. (2011). *Relatório do estado do ambiente em Moçambique*. Maputo.
- MICOA. (2014). *Relatório nacional de avaliação da 1ª fase do Programa de Educação, Comunicação e Divulgação Ambiental – 2009 – 2014*. Maputo.
- MINAG (2006). *Estratégia Nacional de Reflorestamento. Por um Desenvolvimento de Plantações Florestais Sustentáveis. Documento para a discussão*. Maputo. Disponível em: [http://www.iese.ac.mz/lib/PPI/IESE-PPI/pastas/governacao/agricultura/legislativo\\_documentos\\_oficiais/Estrategia\\_Reflorestamento.pdf](http://www.iese.ac.mz/lib/PPI/IESE-PPI/pastas/governacao/agricultura/legislativo_documentos_oficiais/Estrategia_Reflorestamento.pdf), 02/11/2018, 12.35h.
- Moroni, J. A. (2006). *O direito a participação no governo Lula*. Brasil. Disponível em: [http://www.icsw.org/images/docs/Events/2006\\_Brazil/19\\_07\\_PDF/jose\\_antonio\\_moroni.pdf](http://www.icsw.org/images/docs/Events/2006_Brazil/19_07_PDF/jose_antonio_moroni.pdf). 02/11/2018, 12.41h.

Moura, R. (2000). *Aprendizagem Transformativa: uma abordagem ao conceito*. Portugal. Disponível em: <http://rmoura.tripod.com/transformative.htm>, 02/11/2012, 12.56h.

Simões, G. L. & Simões, J. M. (2015). *Reflexões sobre o conceito de participação social no contexto brasileiro*. Brasil. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo3/reflexoes-sobre-o-conceito-de-participacao-social-no-contexto-brasileiro.pdf>, 02/11/2018, 13.05h

Sitoe, A.A., Guedes, B.S., & Sitoe, S.N.D. (2007). *Avaliação dos modelos de manejo comunitário de recursos naturais em Moçambique*. Maputo.

SFB. (2010). *Florestas do Brasil em resumo - 2010: dados de 2005-2010*. Brasília. Brasil. Disponível em: <http://www.florestal.gov.br/documentos/publicacoes/1784-florestas-do-brasil-em-resumo-2010/file>, 02.10.2018, 14.44h

Xavier, R. (2015). *As estruturas de poder local das autoridades tradicionais na cidade de Nampula, 1970-2000*. Nampula. Disponível em: [http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://upnampula.up.ac.mz/pos-graduacao/images/documentos/Disertacoes/Disertacao\\_final\\_Ricardo\\_Xavier.pdf](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://upnampula.up.ac.mz/pos-graduacao/images/documentos/Disertacoes/Disertacao_final_Ricardo_Xavier.pdf), 02/11/2018, 13.15h.

Zolho, R. (2010). *Mudanças Climáticas e as Florestas em Moçambique*. Editora Centro de Integridade Pública. Maputo. Disponível em: [http://cebem.org/cmsfiles/publicaciones/Mudancas\\_Climaticas\\_e\\_as\\_Florestas.pdf](http://cebem.org/cmsfiles/publicaciones/Mudancas_Climaticas_e_as_Florestas.pdf), 02/11/2018, 13.21h.

## VII. APÊNDICE: Questionário

O presente questionário é um instrumento de recolha de dados de campo no âmbito do trabalho de pesquisa sobre avaliação da participação comunitária na implantação de florestas comunitárias em Maluana Sede.

Perguntas da pesquisa:

### 1. Identificação das actividades desenvolvidas no âmbito de implantação de florestas comunitárias de Maluana.

a) Quando foi criada a vossa floresta comunitária? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

b) De quem foi a ideia? \_\_\_\_\_

c) Quem fez a escolha do local onde foi implantada a floresta comunitária?

\_\_\_\_\_

d) Quem estava presente? \_\_\_\_\_

e) O que plantaram (quais foram as árvores)? \_\_\_\_\_

f) Quem vos apoiou? \_\_\_\_\_

g) Quem cuida da floresta? \_\_\_\_\_

h) O que poderia ter sido feito mais na floresta comunitária?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

### 2. Descrever o papel dos diferentes intervenientes no processo de implantação de florestas comunitárias em Maluana.

Na implantação de florestas comunitárias em Maluana:

a) O que fez o vosso líder comunitário?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

b) O que fizeram os técnicos do SDAE (agentes de campo)?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

c) Qual foi o trabalho das associações?

---

---

d) Qual foi o trabalho dos privados?

---

---

e) O que fizeram as escolas locais?

---

---

**3. Avaliar o impacto da participação comunitária na implantação de florestas comunitárias em Maluana.**

a) Existem associações comunitárias ou grupos de interesse no seu bairro? (sim) (não).

---

b) É membro de qualquer associação ou grupo de interesse? \_\_\_\_\_

c) Já houve alguma manifestação sobre recursos naturais no seu bairro?

---

d) Tem havido trabalhos coletivos na vossa comunidade? \_\_\_\_\_

e) Costumam fazer a manutenção colectiva de bens públicos como escolas, capelas, e hospitais? \_\_\_\_\_

f) Costuma participar em trabalhos voluntários organizados pelo seu bairro?

---

g) Será que é importante participar na implantação de floresta comunitária no seu bairro?

---

---

h) Já houve em Maluana, um trabalho igual a este, o de criação de florestas, sejam elas comunitárias estatais ou privadas? \_\_\_\_\_

**IV. Fim da entrevista**

a) Tem alguma questão importante que queira colocar referente à criação de florestas comunitárias?

VIII. ANEXO: Credencial de autorização para a recolha de dados em Maluana

  
UNIVERSIDADE  
EDUARDO  
MONDLANE

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

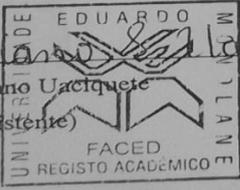
CREDENCIAL

Credencia-se João Paulino<sup>1</sup>, estudante do curso  
de Licenciatura em Educação Ambiental<sup>2</sup>,  
a contactar o Posto Administrativo de Maluana<sup>3</sup>  
a fim de visitar e colher dados da sua área de estudo<sup>4</sup>.

Maputo, 01 de Agosto de 2017<sup>5</sup>

O Director Adjunto para Graduação

  
dr. Adriano Uaciquete  
(Assistente)

  
UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE  
FACED  
REGISTO ACADÉMICO

<sup>1</sup> (Nome do Estudante)  
<sup>2</sup> (Curso que frequenta)  
<sup>3</sup> (Instituição de recolha de dados)  
<sup>4</sup> (Finalidade da visita)  
<sup>5</sup> (Data, Mês, Ano)